

O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA: O CAMPO SOCIAL EM DEBATE METODOLÓGICO

THE DEVELOPMENT OF SCIENCE: THE SOCIAL FIELD IN METHODOLOGICAL DEBATE

Justino Gomes¹
Isnaba Tique²

RESUMO: A ciência é um instrumento criado por ser humano entre os séculos XVI e XVIII na sua insaciável ambição de conhecer e explicar a si mesmo e os demais fenômenos que o circundam; contudo, antes da consolidação da ciência enquanto instrumento sistemático que auxilia o Homem na compreensão e explicação das realidades e dos fenômenos observados, sentidos e imaginados, este já fazia esforços em explicar a natureza e as suas dinâmicas. Este trabalho apresenta alguns debates sobre a construção da ciência no campo social, detendo-se no debate entre positivistas e não positivistas na definição do método aplicável às pesquisas sociais. O trabalho é de caráter bibliográfico com recurso à técnica metodológica qualitativa baseada na revisão da literatura. Conclui que, após a consolidação da ciência no campo natural, sob predomínio da quantificação, sistematização e universalização das leis gerais explicativas das regularidades e irregularidades dos fenômenos, as Ciências Humanas e Sociais, nascidas no século XVIII e consolidadas nos séculos XIX e XX, foram influenciadas a legitimarem o método das Ciências Naturais. Porém, a compreensão das diferenças entre o campo natural e social sustentou rupturas que abriram o campo social para o pluralismo epistemológico em função da natureza dos seus objetos de pesquisa.

2137

Palavras-chave: Ciência. Conhecimento. Sociologia. Positivismo.

ABSTRACT: Science is an instrument created by human beings between centuries XVI and XVIII in insatiable ambition to know themselves and the phenomena that surround them. However, after the science consolidation while the instrument system that helps Man in understanding and explanation of the realities and phenomena observed, and imaginative sense, this one already made efforts in a natural explanation and its dynamics. The presents work some debates on the construction of science in the social field, focusing on the debate between positivists and not positivists in defining the method applicable in social research. This work is the bibliographic character, using the qualitative methodological technique based on the literature review. I concluded that, after the consolidation of science in the natural field under the predominance of qualification, systematization, and universalization of general laws explaining the regularities and irregularities of phenomena, the Human and Social born in the XVIII century and consolidated in the XIX and centuries, were influenced to legitimize the Natural Sciences. However, the understanding of the differences between the natural and social fields sustained ruptures that opened the social field to epistemological pluralism according to the nature of its research objects.

Keywords: Science. Knowledge. Sociology. Positivism.

¹ Técnico Médio em Administração pelo Centro de Formação Técnico Profissional São Leonardo Murialdo (CFTPSLM) Guiné-Bissau. Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Licenciando em Sociologia pela mesma universidade e Mestrando em Sociologia na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

² Licenciado em língua portuguesa; professor pela Escola Nacional de Administração- ENA. Guiné-Bissau. Técnico formador de língua portuguesa pela FEC e professor do curso de aperfeiçoamento em língua portuguesa pelo centro cultural português na Guiné-Bissau – grupo de professores AJALV.

INTRODUÇÃO

A sensatez e a inquietação do ser humano retroalimentadas pela sua indagação constante sobre a manifestação dos fenômenos naturais e as transformações sociais possibilitaram a criação e o aprimoramento da ciência como instrumento importante para estudar o mundo, as suas dinâmicas e ações antropocêntricas, incluindo seres animados e inanimados.

O processo de formação deste instrumento racional de estudar o universo desmembrou-se no século XVIII em dois grandes campos epistemológicos: natural e social que exprimem Ciências Naturais e Sociais. Desde então, germinou o debate em torno do método a se aplicar neste segundo campo, uma vez que, o primeiro já detinha o método e as técnicas construídos e que se gozavam da legitimidade e admiração dos partidários da racionalidade científica.

Os precursores das Ciências Sociais e Humanas transportavam o método e as técnicas das ciências naturais para as suas pesquisas sociais e acreditavam que os fatos sociais poderiam ser melhor sistematizados e universalizados com base nas leis gerais a eles inerentes, usando a receita do campo natural. Todavia, com o tempo, os pesquisadores sociais passaram a reivindicar das epistemologias e dos paradigmas alternativos na sua área. Este trabalho propõe tratar desse debate e ao abordá-lo evidencia, não de forma exaustiva, as suas tendências.

O trabalho está organizado em três subtópicos: no primeiro subtópico, trouxe o percurso da construção da ciência enquanto sistema de raciocínio lógico de construção de conhecimento sobre o mundo; no segundo, atravessou o debate entre os positivistas e não positivistas e, finalmente, centralizando-se na Sociologia Compreensiva, apresentou a técnica metodológica qualitativa como consenso dos cientistas sociais para a pesquisa social e como forma alternativa ao positivismo que se esforçava para se legitimar como epistemologia única válida para todas as Ciências, incluindo Sociais e Humanas.

A CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA CIÊNCIA

O ser humano levou bastante tempo em acreditar na existência da *essência* da natureza que poderia ser alcançada por ele através do uso epistêmico da razão. Mas, com o desenrolar do tempo percebeu que poderia entender os fatos experienciados e não a *essência*

da natureza. A partir daí, nascera a ciência que não demorou para se evoluir e consolidar-se. Para a sua prática e conservação, foram criadas as instituições nas quais ela é desenvolvida, por exemplo, as universidades. Estas instituições afirmam-se como verdadeiros espaços de produção da ciência e do conhecimento divulgado em artigos, monografias, dissertações, teses e livros. Os jovens que se envolvem nessa empreitada exercitam a prática da ciência que objetiva produzir os conhecimentos que colaboram na explicação da natureza e da sociedade.

Contudo, a tentativa de encontrar a explicação para o universo pelo homem antecedeu o surgimento da ciência e suas tecnologias modernas. “As tribos primitivas, através dos mitos, explicaram e explicam os fenômenos que cercam a vida e a morte, o lugar dos indivíduos na organização social, seus mecanismos de poder, controle e reprodução” (MINAYO, 1994, p. 9).

O ser humano é dotado da capacidade intelectual inata da qual serve para conhecer o mundo. Neste processo de entender e explicar o universo, a observação é o seu ponto de partida. “Pela observação o ser humano adquire grande quantidade de conhecimentos. Valendo-se dos sentidos, recebe e interpreta as informações do mundo exterior” (GIL, 2008). A observação é uma das formas de chegar ao conhecimento. Pois ela é um mecanismo utilizado pela ciência.

Para Silva (2013), a observação pode ocorrer em duas circunstâncias diferentes, formando as duas modalidades conhecidas: sistemática e assistemática. A observação sistemática é mais rigorosa e estruturada. Ela é desenvolvida em torno de um objeto com procedimentos previamente estabelecidos pelo observador antes de ir ao campo. No entanto, isso não significa o comportamento ortodoxo, isto é, esperar ou pensar que tudo que foi planejado no gabinete tem que ser encontrado e cumprido rigorosamente no campo. As mudanças necessárias no campo devem ser respeitadas, porque, às vezes, o campo apresenta outras características não previstas no escritório. Uma observação sistemática é uma técnica de “[...] coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na atenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos e ou fenômenos que se deseja estudar” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 90).

A observação assistemática é a menos elaborada. Ela é diferente da sistemática porque é uma observação [...] “espontânea, informal, ordinária, simples, livre, ocasional e acidental [e] consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais [...] mais empregados em estudos exploratórios [sem] planejamento e controle previamente elaborados” (MARCONI E LAKATOS, 1999, p. 91).

Além dessas duas modalidades (sistemática e assistemática), a observação de que serve a ciência pode ser natural e artificial. A natural diz respeito a pertença do observador à comunidade, ao grupo, ao espaço ou ao objeto que está sendo observado. Neste tipo de observação, o envolvimento do observador é mais natural e direto, porque ele pertence ao espaço e objeto a ser observado (SILVA, 2013).

A observação artificial é verificada na situação em que o observador não é pertencente ao mundo que está a ser estudado. Neste caso, ele é obrigado a se empenhar para se adequar ao mundo a observar. Inserir-se na comunidade ou no grupo que ele pesquisa. Neste tipo de observação, o desafio do pesquisador é enorme. O tempo para se integrar é considerado, assim como a forma de se integrar também não deixa de ser levado em conta. A sua interação com o(s) pesquisado(s) está no intermédio das certezas e incertezas, dependendo das dinâmicas, habilidades e preparação do(a) pesquisador(a) para interpretar, entender e adequar ao mundo do objeto. Neste caso, a falha no entendimento das circunstâncias do objeto (grupo observado) pode comprometer a compreensão da realidade, do mundo ou fenômeno que se busca explicar (SILVA, 2013).

Com efeito, a “[...] ciência, no sentido estrito em que a entendemos hoje, nasceu na modernidade, quando se fez uma crítica cerrada ao modo metafísico de pensar e de, supostamente, conhecer”. A metafísica superada pela ciência no século XVI, assentava-se no modo “[...] fundado na crença de que nós podemos, com luzes da nossa razão, chegar à essência das coisas, dos entes e objetos. Cada objeto tinha uma essência, uma natureza própria, imutável, responsável pela identidade específica desse objeto”. Esse modo defendia que, através de “[...] um processo epistemológico, a abstração, nós chegaríamos a essa essência, conjunto de características permanentes que realizavam a identidade de cada ser”. Portanto, existia “[...] assim o pressuposto da capacidade da reação humana para conhecer a essência das coisas”. (SEVERINO, 2007, p. 109-110 [destaque do autor]).

Com a emergência do Renascimento no século XVI, essa forma da metafísica de pensar o real foi superada e experimentou-se outras formas que deram lugar às novas epistemologias. Percebeu-se que, a *essência* nunca pode ser conhecida pelo homem, o que se pode conhecer é o fenômeno e não a sua *essência*. Assim, a ciência emergente do Renascimento não atenta, de forma alguma, chegar à *essência* das coisas, porém busca conhecer as coisas. “Ou seja, só podemos conhecer aquilo que é dado à experiência sensível que nos revela um conjunto de relações entre os objetos, relações que podemos mensurar com os recursos da matemática, mas nunca chegar a suas eventuais essências” (idem, p. 110).

Segundo Boaventura de Sousa Santos, o “[...] modelo de racionalidade que preside a ciência moderna constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais”. Para este autor, “ainda que com alguns prenúncios no século XVIII, é só no século XIX que este modelo de racionalidade se estende às ciências sociais emergentes”. No século XIX “[...] pode falar-se de um modelo global de racionalidade científica que admite variedade interna, mas que se distingue e defende, por via de fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas, de duas formas de conhecimento [...]”. Essas formas são “[...] não científico (e, portanto, irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (em que se incluíram, entre outros, os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários e teológicos)” (SANTOS, 1985, p. 3). O conhecimento pode ser não científico e científico. Este último é produzido pela ciência e vem da racionalidade sistemática.

O período entre século XVIII e XX representa o flutuar da ciência moderna que vigora aos dias atuais. Neste período, surgiu “[...] grandes cientistas que estabeleceram e mapearam o campo teórico em que ainda hoje nos movemos [...]”, entre outros, nesse período, destacam-se “[...] Adam Smith e Ricardo a Lavoisier e Darwin, de Marx e Durkheim a Max Weber e Pareto, de Humboldt e Planck a Poincaré e Einstein” (SANTOS, 1985, p. 1).

Para Aróstegui (2006, p. 55), a “Ciência é ‘um termo que em nossa tradição filosófica e mundana tem significados muito distintos’. Mas a palavra, em seu sentido mais preciso e concreto, [...] designa o que chamamos ‘ciência moderna’ por antonomásia”.

Em outras palavras, sem negar a possibilidade da existência das outras definições da ciência, podemos ver a “ciência como o resultado da ‘revolução científica’ que teve início no Renascimento e produziu a Mecânica newtoniana, ou a Química, dos séculos 17 e 18, os avanços no conhecimento da eletricidade no século 19, as teorias cosmológicas no século 20, etc.” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 55). Porém, para Oliveira e Valença (2015, p. 7483) “a ciência não fica presa aos conceitos e teorias, a prática científica é fundamental para o seu desenvolvimento”. Pois, na prática científica, produz-se o conhecimento científico.

Segundo Minayo (1994), antes da criação da ciência como instrumento de leitura e explicação do mundo, o homem e a mulher tentavam ler e interpretar o universo por meio de instrumentos não científicos. Na construção e explicação do mundo pelo Homem, participam os elementos tais como a religião, a filosofia, a literatura (poesia) e a arte. Todos estes elementos foram criados e apropriados pelo Homem e funcionam como instrumentos através dos quais ele tenta fazer a leitura do mundo. “A ciência é apenas uma forma de expressão desta busca, não exclusiva, não conclusiva, não definitiva [...]” do saber ou de explicação do universo. Ao aparecer com toda a sua legitimidade e confiabilidade, a ciência passou a exercer a hegemonia do saber e da construção da realidade na sociedade ocidental. Devido a pretensão de explicar tudo no universo natural e social, alguns críticos a consideram de ser um novo mito (MINAYO, 1994, p. 9-10).

2142

As transformações operadas no século XVI e que coincidiram com o avanço da humanidade para um estágio superior ao anterior, dando origem à revolução científica, marcou o mundo com as novas técnicas de aprender e de fazer. A ciência é um dos registros significantes desse processo. Para Gaston Bachelard, a “ciência não corresponde a um mundo a descrever. Ela corresponde a um mundo a construir” (BACHELARD, 1980 Apud GOLDENBERG, 2004, p. 13). A construção no sentido de que, com a sua aplicação, tem-se uma nova realidade dantes não existente, ou uma novidade que se soma ao que já existe. Assim, dizer que a ciência apenas descreve o mundo é ignorar o seu papel inovador.

A colocação da ciência na hegemonia do conhecimento nas sociedades ocidentais tem a ver com duas razões: a razão da ordem externa e a da ordem interna. A primeira razão está relacionada à capacidade e prontidão da ciência em responder satisfatoriamente às necessidades do desenvolvimento industrial. Ao criar técnicas e tecnologias com a revolução científica, a ciência deu passos importantes e esses passos foram também

cruciais no desenvolvimento do setor produtivo ao proporcionar a ele tecnologias viáveis para o avanço da produção (MINAYO, 1994). Porém, ao lado dos avanços, vê-se retrocessos causados pela ciência no desenvolvimento das tecnologias bélicas de alta capacidade de destruição da vida humana (ELIAS, 1998).

Enquanto isso, a razão interna diz respeito à descoberta, apropriação e ao emprego de técnicas, procedimentos e métodos de estudo da realidade ou fenômenos. O estabelecimento de “[...] uma linguagem fundamentada em conceitos, métodos, e técnicas para compreensão do mundo, das coisas, dos fenômenos, dos processos e das relações” constitui a razão interna que explica a hegemonia da ciência. Pois, a linguagem científica “[...] é utilizada de forma coerente, controlada e instituída por uma comunidade que controla e administra sua produção” (MINAYO, 1994, p. 10).

O mundo como espaço singular, porém múltiplo em dimensão, ocupado por seres humanos e não humanos, está cheio de acontecimentos e realidades diferentes e, às vezes, conflitantes, sendo algumas passíveis de conciliação e outras, infelizmente, não. Contudo, o “ser humano, valendo-se de suas capacidades, procura conhecer o mundo que o rodeia. Ao longo dos séculos, vem desenvolvendo sistemas mais ou menos elaborados que lhe permitem conhecer a natureza das coisas e o comportamento das pessoas” (GIL, 2008, p. 1). E o sistema mais elaborado, construído por ser humano, é o sistema científico que expressa a ciência.

Portanto, a necessidade de entender o mundo impeliu o Homem a desenvolver as suas disposições mentais inatas de forma estruturada e organizada em pensar, observar, analisar e interpretar os fenômenos e as realidades que o circundam, a fim de tecer as explicações nelas contidas, construindo, dessa forma, o conhecimento (DURKHEIM, 1973). A ciência é um processo racional que segue uma lógica estruturada e coerente de raciocínio, levando em consideração as etapas que partem da observação, formulação das premissas ou hipóteses, sua confirmação ou não para dar a existência aos fatos que posteriormente formam teorias, leis, conceitos e paradigmas. Para melhor conhecimento dessa relação e formação do conhecimento científico, Lakatos e Marconi (2003) podem ser úteis. O seu estudo apresentou as estruturas inferiores e superiores da construção do pensamento científico sem deixar de trazer as estratégias e metodologias de que se serve o

raciocínio científico que dá existência ao conhecimento que apreende a realidade que o Homem tenta entender por meio da ciência.

Depois da consolidação da ciência, inicialmente, no campo da natureza, isto é, Ciências Naturais, emergiu posteriormente o campo social e humano. Ao atingir este estágio, abriu-se uma página que colocou os cientistas em dois polos distintos: como fazer Ciências Humanas e Sociais? que método(s) a utilizar nesse novo campo social?

CIÊNCIAS NATURAIS E SOCIAIS: O MÉTODO EM TORNO DA CIENTIFICIDADE EM DISCUSSÃO

Os cientistas sociais estão em permanente discussão da ciência. Entre várias contradições, aponta-se aquelas entre as ciências da natureza e as sociais sobre a cientificidade. Numa certa altura do percurso da ciência, alguns cientistas buscaram “[...] a uniformidade dos procedimentos para compreender o natural e o social como condição para atribuir o estatuto de ‘ciência’ ao campo social” (MINAYO, 1994, p. 10). Todavia, a tentativa não alcançou a unanimidade dos cientistas, sendo possível, mais tarde, encontrar os que se colocaram contra essa iniciativa da uniformização e defenderam a separação dos procedimentos para os dois campos: natural e social, porque a cientificidade não pode ser atribuída a uma única forma. Pois, a ciência pela natureza “[...] pré-contém, por assim dizer, diversas maneiras concretas e potenciais de realizações” (MINAYO, 1994 p. 11).

2144

Os defensores da uniformidade do método na ciência baseiam-se nas características do que seria a ciência e julgam as outras formas, considerando-as negativas por não apresentarem essas características. Gil (2008) sintetizou as características da ciência em: racionalidade, objetividade, sistematicidade, verificabilidade e falibilidade.

O conhecimento que carece dessas características não será científico. Para Gil, nem todos os conhecimentos possuem essas características. Portanto, nem todo o conhecimento é científico. Tendo a ciência nessa lógica, ela foi classificada de acordo com a observância dessas condições. Entretanto, Gil classificou a ciência considerando-a no plural. Isto implica que, existe várias ciências e os seus objetos de estudo são fatores das suas diferenciações.

Apesar de reconhecer a dificuldade de classificar as ciências entre autores que tentaram este processo, Gil apresentou uma classificação encabeçada pela Matemática e seguida da Lógica. “Todavia, podem-se classificar as ciências, num primeiro momento, em

duas grandes categorias: formais e empíricas. As primeiras tratam de entidades ideais e de suas relações, sendo a matemática e a Lógica Formal as mais importantes”. Por outro lado, as “segundas [neste caso, as ciências empíricas] tratam de fatos e de processos. Incluem-se nesta categoria ciências como a Física, a Química, a Biologia e a Psicologia” (GIL, 2008, p. 3).

A Sociologia está integrada, segundo a classificação do Gil, no bloco empírico. “As ciências empíricas, por sua vez, podem ser classificadas em naturais e sociais. Dentre as ciências naturais estão: a Física, a Química, a Astronomia e a Biologia. Dentre as ciências sociais estão: a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política”. A lista prossegue para, “[...] a Economia e a História. A Psicologia, a despeito de apresentar algumas características que a aproximam das ciências naturais, constitui também uma ciência social”. A explicação disso, vem no sentido de que, a Psicologia, “[...] ao tratar do estudo do comportamento humano, trata-o sobretudo a partir da interação entre os indivíduos” (GIL, 2008, p. 3).

O percurso da ciência foi bastante estudado pelos pesquisadores contemporâneos. Foram muitas pesquisas que trouxeram a trajetória desse processo de criação e desenvolvimento da ciência. Desde o Renascimento até a segunda metade do século XIX, o Homem da ciência concentrou-se na compreensão dos fatos e fenômenos da natureza. O mundo social era quase não tocado. Tudo ficava restringido à natureza. A virada para a sociedade como objeto de estudo foi sentida densamente nos finais da segunda metade do século XIX (GIL, 2008).

Um conjunto das transformações feitas na segunda metade do século XIX contribuiu para a emergência das novas formas alargadas de pensar a ciência para além da dimensão natural. Ainda assim, a forma naturalizada de estudar – método quantitativo ou experimental/matemático positivista –, estendeu-se às ciências sociais nos primeiros momentos. Porém, as inovações aconteceram em diversos cantos sociais: na política, na tecnologia, na ciência, na agricultura (ELIAS, 1998). O conjunto dessas inovações impeliu Homens e Mulheres da Ciência a se interessarem não apenas aos fenômenos naturais, mas também sociais, envolvendo relações sociais, Homem e a sociedade, acreditando que existem métodos, técnicas e procedimentos metodológicos confiáveis em fazer a ciência no campo social ao nível da cientificidade aceitável (GIL, 2008; BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999).

Contudo, o campo social passou pelos questionamentos permanentes da sua cientificidade por não demonstrar características idênticas àquelas descritas pelas ciências da natureza. Esses questionamentos tiveram repercussões em precursores da Sociologia que não hesitaram em pensar na “*Física Social*”, como é o caso de Augusto Comte. Para responder às exigências da cientificidade cobrada pelo naturalismo científico, os estudiosos do campo social e humano foram obrigados a cultivar o método quantitativo nas pesquisas sociais: o positivismo.

O Michael Löwy (2000), assim como muitos outros pensadores contemporâneos do mundo social, entendeu que faz necessário aderir ao debate epistemológico a volta da produção do conhecimento nas ciências sociais. Ao se colocar nisso, analisou, de forma crítica, as teorias das escolas diferentes, por exemplo, o positivismo, o marxismo e o historicismo, tendo como objetivo problematizar os modos de produção do saber nas ciências sociais apresentados por essas escolas. Com base neste objetivo, Löwy formulou algumas perguntas a respeito das ciências sociais e a cientificidade defendida em cada escola. As principais inquietações do Michael Löwy sintetizam-se em perceber entre outras: “Quais são as condições para tornar possível a objetividade nas ciências sociais? O modelo científico-natural de objetividade é operacional para as ciências históricas?” Longe de estagnar as suas inquietações aqui, Löwy perguntou se “É concebível uma ciência da sociedade livre de julgamentos de valor e pressupostos político-sociais? É possível eliminar as ideologias do processo de conhecimento científico-social?”. Ainda assim, seguiu questionando se “Não é, a ciência social, necessariamente ‘engajada’, isto é, ligada ao ponto de vista de uma classe ou grupo social? E, neste caso, seria possível conciliar esse caráter partidário com o conhecimento objetivo da verdade?” (LÖWY, 2000, p. 9).

Estas indagações não careceram de um ponto de partida. A sua origem deve ao debate travado entre os positivistas, marxistas e historicistas sobre a determinação do que é científico e o que deixa de o ser em todas as circunstâncias consideradas na construção do conhecimento. De acordo com Löwy (2000, p. 9), as perguntas acima formuladas “[...] estão no centro do debate metodológico e epistemológico, no conjunto das ciências sociais modernas, de sua origem até os nossos dias”. Portanto, isso justifica a sua releitura e interpretação. Löwy construiu o seu objeto de análise em torno do positivismo,

historicismo e marxismo. Isto é, analisou estas correntes teóricas e apresentou de forma resumida os seus dilemas, as suas premissas e as suas soluções de maneira comparada.

Segundo Goldenberg (2004), devido à influência do positivismo nas Ciências Sociais, as pesquisas eram julgadas em função da quantificação. Uma pesquisa com pouca presença de variáveis quantitativas era menosprezada e subjugada à carência científica. “Anteriormente as ciências se pautavam em um modelo quantitativo de pesquisa, em que a veracidade de um estudo era verificada pela quantidade de entrevistados”. Passando algum tempo, as críticas sobre essa perspectiva unitária de avaliação da produção do conhecimento começaram a surgir e a mudança do paradigma foi crescendo aos poucos. “Muitos pesquisadores, no entanto, questionam a representatividade e o caráter de objetividade de que a pesquisa quantitativa se revestia. É preciso encarar o fato de que, mesmo nas pesquisas quantitativas, a subjetividade do pesquisador está presente”. As críticas não se limitavam em questionar a preponderância do modelo de abordagem quantitativo, elas abrangiam também a intenção de objetividade defendida por positivistas. “Na escolha do tema, dos entrevistados, no roteiro de perguntas, na bibliografia consultada e na análise do material coletado, existe um autor, um sujeito que decide os passos a serem dados”. Isso, por si só, marca a presença da subjetividade (GOLDENBERG, 2004, p. 14).

2147

Este sujeito selecionador não se separa radicalmente do objeto, porque ele e sua subjetividade estão envolvidos no objeto e as do objeto, certamente, influenciam o sujeito. “Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.” (GOLDENBERG, 2004, p. 14). Os entendimentos como estes são os que norteiam as pesquisas sociais na contemporaneidade ou na pós-modernidade. Importa lembrar que a Sociologia faz parte do bloco das Ciências Sociais.

A questão social caracteriza-se pela provisoriedade, o dinamismo e a especificidade. Portanto, o problema social é dinâmico. Nessa empreitada de caracterização do problema social, a questão social é construída pelo pesquisador, mas seu significado e sua intencionalidade não são dados unicamente pelo pesquisador, mas sim é fornecido por um conjunto de pessoas que estão envolvidas nele. “O nível de consciência histórica das

Ciências Sociais está referenciado ao nível de consciência histórica social” (MINAYO, 1994, p. 13).

As Ciências Sociais não estão desassociadas das condições sociais dos sujeitos estudados. A situação torna mais nítida com a afirmação de Lévi-Strauss (1975), quando disse que, nas Ciências Sociais, o observador (pesquisador) é a parte de observação, porque a sua natureza não é diferente da dos sujeitos observados e da mesma realidade. A pesquisadora Maria Cecília de Souza Minayo destacou a existência duma identidade comum, nas ciências sociais, entre o investigador e o objeto investigado. Quer dizer, não há o afastamento rígido do pesquisador e o objeto, como acontece nas ciências naturais.

Por causa do dinamismo do objeto das Ciências Sociais e a Sociologia, as suas pesquisas são, muitas vezes, questionadas a sua cientificidade. Para superar a possível exaltação do subjetivismo ou a possível confusão do objeto com o desejo do pesquisador, o Positivismo esforçou-se para ter lugar nesse campo como forma de garantir a objetividade e apreensão da regularidade, generalidade e sistematicidade. É nessa linha de esforço que podemos enquadrar a *Física Social* do Augusto Comte e o método sociológico do Emile Durkheim (1973), ambos pais da sociologia com grande repercussão na teoria sociológica e na formalização da Sociologia enquanto ciência. Contudo, não é que não exista a cientificidade caracterizada pela regularidade, generalidade, sistematicidade e falibilidade nas Ciências Sociais e na Sociologia, ela existe, mas de outra forma, ou seja, de forma diferente daquela das Ciências Naturais. Cada paradigma epistemológico das Ciências Sociais – estruturalismo, funcionalismo, fenomenologia, hermenêutica, dialética, relativismo, evolucionismo etc. –, apresenta e justifica a forma de chegar ao real sem passar necessariamente pela quantificação ou criação das leis universais, porque o campo social é múltiplo, dinâmico e interventivo.

As indagações e contradições que atingiram a ciência colocaram as Ciências Sociais e a Sociologia na defesa permanente da sua cientificidade. “A interrogação enorme em torno da cientificidade das ciências sociais se desdobra em várias questões” (idem). Essas questões estão relacionadas à condição em que as Ciências Sociais se realizam.

Não deixa de ser relevante recuperar a releitura do Comte sobre o método na pesquisa científica. Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron introduziram os ricos debates seus a respeito do *ofício de sociólogo* com a extensa citação do

Comte que advoga para a importância do método na construção do conhecimento. Segundo Comte, o método deve estar em conformidade com o tipo de estudo a se realizar ou realizado. Portanto, por mais que se defina a perspectiva metodológica, por exemplo, escolher o método indutivo ou dedutivo, considera-se que não está esgotado a definição do método, porque para o esgotamento ser consolidado, há que existir a coerência entre o que se faz e o que se utiliza para o fazer.

Em seu curso *de filosofia positiva*, Comte asseverou que o método permite formar “um bom sistema de hábitos intelectuais”. No contexto da sua fala, transparece a compreensão de que, ao atingir o estágio da formação daquele bom sistema de hábitos intelectuais, o método estaria a atingir o seu objetivo enquanto método de pesquisa, porém Comte fazia a referência clara ao método positivo. Pois, segundo ele, para alcançar o tal objetivo fazia-se imprescindível a utilização regular e sistemático dos procedimentos científicos do método positivo (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p. 9-10).

Em torno do debate da cientificidade travado entre Ciências Sociais e Naturais, Minayo propõe que a cientificidade seja encarada e medida com base no nível de abstração e não simples associação com o modelo de pesquisa, neste caso, quantitativo ou qualitativo. “A cientificidade, portanto, tem que ser pensada como uma idéia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos” (idem, p. 12). A autora defende que, a história da ciência demonstra que não se deve eleger um “*a priori*” para ela, mas sim fazer a avaliação diacrônica da produção, assim, é difícil tomar a predeterminação do modelo único (aquele de Ciências Naturais) para todas as ciências. Pois, a “[...] pesquisa social é sempre tateante, mas, ao prosseguir, elabora critérios de orientação cada vez mais precisos” (MINAYO, 1994, p. 13).

Mas isso não elimina a definição dos parâmetros da ciência enquanto exercício intelectual de compreensão e explicação dos fenômenos sociais e naturais, de Homem, Mulher e seu meio; de sociedade e suas dinâmicas. A produção científica tem seus parâmetros definidos para melhor orientar o seu labor, pois chega a (re)criar formas para compreender o fenômeno estudado. Daí que podemos enquadrar aquilo que Anísio Teixeira (1958) chama de *Espírito Científico*. O fazer científico tem duas direções: “numa, [ele] elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados;

noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e encaminha-se para certas direções privilegiadas” (idem, p. 12). Reconhecendo estes pressupostos, “[...] os pesquisadores aceitam os critérios da historicidade, da colaboração e, sobretudo, incumbem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado, é construído”, por isso, é passível à revisão (MINAYO, 1994, p. 13).

Portanto, a ciência constrói conhecimentos que se aproximam da realidade e buscam retratar o mundo social e natural. A pesquisa anda nesse caminho de construção e explicação da realidade dentro dos parâmetros da ciência, principalmente, das Ciências Sociais, especificamente, da Sociologia, quando é colocada a disposição das manifestações do objeto e não aos pressupostos infundados na realidade concreta que o pesquisador carrega para o objeto.

ABORDAGEM QUALITATIVA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: SOCIOLOGIA COMPREENSIVA

O mundo pensado na modernidade era estruturado em três grandes modelos: naturalismo, determinismo e experimentalismo. Os naturalistas não diferenciavam o homem dos demais seres ou fenômenos naturais. Os deterministas consideravam a concepção dos naturalistas e acrescentavam que, sendo o homem envolvido na natureza, ele está sob domínio das leis da natureza, portanto, o seu comportamento é determinado pelas leis da natureza. O determinismo é a força que a natureza exerce sobre o homem e o faz agir de acordo com ela. O experimentalismo também foi convencido com a ideia de que, se o homem é natural como qualquer fenômeno natural e é determinado pelas leis da natureza, essas leis são tangíveis, portanto, passíveis de serem observadas. Sendo assim, o homem pode ser estudado com base nessas leis, porque elas são capazes de serem mensuradas pela experiência (SEVERINO, 2007).

Porém esse estudo, atualmente, tem duas principais formas de abordagem: quantitativa e qualitativa, sem desperceber a utilização simultânea dessas abordagens duma só vez para ter abordagem mista. Mas, no caso concreto do Homem na sociedade, a maioria dos cientistas sociais preferem a abordagem qualitativa, dada a natureza do mundo social.

Com o intuito de fornecer a nova concepção ou explicação da forma de pesquisar na Sociologia, os sociólogos críticos ao positivismo propõem outro modelo metodológico

denominado Sociologia Compreensiva. A forma de pensar o qualitativo apresentada pela Sociologia Compreensiva recusa a busca da objetividade através do sistema de conversão de valores, crenças e subjetividades em dados brutos quantificáveis, tal como era estipulado por princípios positivistas. Erving Goffman [1922-1983] é representante principal dessa sociologia.

Em termos metodológicos, a Sociologia Compreensiva é uma corrente teórica que “[...] coloca como tarefa central das ciências sociais a compreensão da realidade humana vivida socialmente. Em suas diferentes manifestações, como na fenomenologia, no Interacionismo Simbólico, o significado é o conceito central de investigação”. Se o positivismo defendia a objetividade, a Sociologia Compreensiva defende algo além disso, isto é, a subjetividade como o fundamento do sentido da vida social (MINAYO, 1994, p. 23).

Os teóricos da Sociologia Compreensiva não elegeram a quantificação como modelo de pesquisa na Sociologia. O que foi menosprezado e desconsiderado por positivistas é o mesmo que foi realçado nessa outra corrente metodológica e sociológica. Eles preocuparam-se em “compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos”. Os partidários da Sociologia Compreensiva, obviamente, “trabalham com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetivada. Ou seja, desse ponto de vista, a linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis” (idem, p. 24).

Para os teóricos da Sociologia Compreensiva, a compreensão da realidade não pode ser feita na fragmentação do sujeito pesquisador e o objeto, em outras palavras, a realidade deve ser estudada na sua configuração complexa e múltipla envolvendo, ao mesmo tempo, o objeto e o pesquisador e todo o sistema simbólico de representação da subjetividade desses agentes sócio-históricos.

Segundo Goldenberg (2004), uma das maiores preocupações que se levanta nas pesquisas qualitativas é o controle de *bias* (desvio) do pesquisador. Na pesquisa qualitativa que se aplica no estudo sociológico e não só, mas também em todas as Ciências Sociais, o pesquisador tem desafios em lidar com os seus preconceitos, as suas emoções e intensões. Nas Ciências Sociais, sobretudo nas pesquisas de abordagem qualitativa, é fácil o

pesquisador ser pego de surpresa por *desvios*. No entanto, aceitar ou admitir que está vulnerável ao desvio é a forma mais adequada para o pesquisador acautelar-se e diminuir a possibilidade de ser pego por esse acaso que contamina muitas pesquisas. Para Goldenberg, um pesquisador que se ilude ser objetivo e controlado rigidamente pela ciência será mais vulnerável ao *bias* que aquele que admitiu a possibilidade de ser surpreendido e, em função disso, cautelou-se.

Mas a pesquisa de abordagem qualitativa não é a única que está sob caça desse fenômeno de *bias*, no entanto, todas as pesquisas podem ser atingidas por desvio do pesquisador. “Para Becker, as técnicas de pesquisa qualitativa permitem um maior controle do *bias* do pesquisador do que as da pesquisa quantitativa” (GOLDENBERG, 2004, p. 47).

O Antônio Severino explicou a estagnação que se verifica nas ciências naturais. “No caso das pesquisas realizadas no âmbito das Ciências Naturais, há praticamente um único paradigma teórico-metodológico, que é aquele representado pelo positivismo³, coetâneo à constituição da ciência”. Quanto às Ciências Humanas, “[...] além desse paradigma originário, constituíram-se paradigmas epistemológicos alternativos, donde se fala hoje de *pluralismo paradigmático*” (SEVERINO, 2007, p. 108 [destaque do autor]).

2152

De acordo com Mirian Goldenberg, teria sido Wilhelm Dilthey quem inaugurou o debate sobre a primazia da compreensão interpretativa dos objetos de estudo das Ciências Sociais, ou seja, da Sociologia Compreensiva, e foi quem pela primeira vez diferenciou o método das Ciências Naturais e Ciências Sociais. Não obstante, esse debate foi retomado por Max Weber (1864-1920). Este sociólogo alemão, que faz parte dos fundadores da sociologia, posicionou-se contra o positivismo e defendeu a pluralidade metodológica de forma clara e compreensível. Porém não se sabe se foi por engano que Michel Löwy (2000) colocou Weber na lista dos positivistas. Mas pelo que se lê da produção do Weber, ele está longe dos positivistas.

Weber é considerado por Goldenberg como “[...] maior defensor da *sociologia compreensiva*”, mas ele apoiou-se no trabalho de Dilthey, ou seja, no conceito de *verstehen*.

³ “O positivismo é uma expressão da filosofia moderna que como o próprio nome o diz, entende que o sujeito ‘põe’ o conhecimento a respeito do mundo, mas o faz a partir da experiência que tem da manifestação dos fenômenos. Entende que o mundo é aquilo que ele se mostra fenomenalmente, a apreensão de seus fenômenos sendo feita através de uma experiência controlada, da qual são eliminadas as interferências qualitativas. Daí a única forma segura de conhecimento ser aquela praticada pela ciência, que dispõe de instrumentos técnicos aptos a superar as limitações subjetivas da percepção” (SEVERINO, 2007, p. 109).

“Para Weber, o principal interesse da ciência social é o comportamento significativo dos indivíduos engajados na ação social, ou seja, o comportamento ao qual os indivíduos agregam significado considerando o comportamento de outros indivíduos” (Goldenberg, 2004, p. 19).

Para Renato Ortiz, a “sociologia compreensiva [weberiana] retoma o pólo recusado por Durkheim e define os fenômenos sociais a partir das condutas individuais; o sentido da ação social é, assim, considerado como o sentido subjetivo que o ator lhe comunica” (ORTIZ, 1983, p. 11- 12).

Na visão do Weber, o mundo objetivo pensado e concebido por Karl Marx, não existe. Não se pode pensar fenômenos sociais totais, tal como Marcel Mauss pensava e defendia. Na inobservância disso, Weber defende a adequação das realidades em tipos para melhor compreendê-las. Assim, ele é da ideia de que a objetividade do social é apreendida nas ações individuais. Sendo assim, a sociologia do Weber sugere dividir a ação social em tipologias: cada tipo da ação tem a sua objetividade específica que pode ser compreendida a partir dele. O indivíduo capitalista, o sacerdote, o profeta, o cientista... cada um deles é fundamental para a compreensão da ação social que representa. Assim, o indivíduo capitalista é fundamental para entender o capitalismo; o sacerdote é boa referência para entender a religião; o político é boa pista para entender a política como ação social, e por fim, o cientista pode dar boa pista para entender a ação social da ciência (ORTIZ, 1983).

2153

O que os objetivistas acreditavam ser objetivo, o mundo objetivo, por exemplo, Marx e Durkheim, para Weber, esse objetivo é, na verdade, a rede da intersubjetividade e resulta das ações direcionadas ao Outro “[...] e que adquirem significado na medida em que o “Outro” compartilha comigo o mesmo mundo social no qual tais ações se desenrolam. Em contraposição à visão objetivista de Durkheim, tem-se agora uma compreensão subjetiva na sociologia” com Weber (ORTIZ, 1983, p. 12).

O sociólogo francês Pierre Bourdieu se alinha a essa tendência subjetiva na sua abordagem da praxiologia ou teoria do conhecimento praxiológico. No entanto, a praxiologia do Bourdieu não quis rejeitar as tendências objetivistas, mas sim demonstrar as suas limitações e superá-las. É nisso que a fenomenologia se diferencia da praxiologia. Porque a primeira rejeita a objetividade positivista ou estruturalista, ao passo que, a segunda procura dialogar com essa objetividade de maneira a explicitá-la e expor as suas

limitações para depois interligar as duas (objetividade e subjetividade) no conhecimento praxiológico. Por outro lado, a praxiologia, apesar de se aproximar do subjetivismo e interacionismo simbólico, ela conquista a sua particularidade ao ir além dessas duas tendências, portanto, a praxiologia não é a reprodução de nenhuma dessas duas teorias, neste caso, o positivismo ou estruturalismo e a sociologia compreensiva ou interpretativa (ORTIZ, 1983).

Para o sociólogo britânico, Antony Giddens, os debates sociológicos foram diversos e contrastantes entre diferentes correntes ou tendências teóricas. Para os estruturalistas, a subjetividade é insuficiente para dar uma explicação ao mundo social, ao passo que, para a hermenêutica, é na subjetividade que se pode dar a explicação desse mundo social. Para os partidários da sociologia interpretativa, a ação e o significado são fundamentais para entender o mundo social ou a conduta humana. Nas suas visões, os conceitos estruturais não devem ganhar a primazia nisso e pouco consideram a coerção; enquanto que, para os funcionalistas e estruturalistas, a “estrutura (nos sentidos divergentes atribuídos ao conceito) tem primazia sobre a ação e suas qualidades restritivas são fortemente acentuadas” (GUIDENS, 2003, p. 2).

Segundo Giddens, as diferenças entre essas abordagens têm sido vistas como epistemológica, no entanto, elas são também ontológicas. Por isso, para ele, a questão central é saber “como os conceitos de ação, significado e subjetividade devem ser especificados e como poderiam ser relacionados com as noções de estrutura e coerção”. Tem-se uma polaridade entre a sociologia interpretativa, funcionalista e estruturalista. Enquanto os partidários dos dois primeiros defendiam o imperialismo do sujeito, os partidários do segundo defendem o imperialismo do objeto social. Não obstante, a teoria de estruturação de Giddens propõe-se a acabar com essa polaridade. “Uma de minhas principais ambições na formulação da teoria da estruturação é pôr fim a cada um desses esforços de estabelecimento de impérios” (GIDDENS, 2003, p. 2).

Assim, “o domínio básico de estudo das ciências sociais, de acordo com a teoria de estruturação, não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo” (idem, p. 2). Antes de avançar para analisar práticas sociais, Giddens apresentou conceitos principais através dos quais ele explica a dualidade da estrutura: Agência, recursividade,

cognoscência, estrutura, estruturação, sistemas sociais, ação social, estratificação do agente, co-presença (“interpolação da ação dentro das relações espaço-tempo), poder, instituições sociais, integração social, integração do sistema social, *durée* (fluxo contínuo de conduta), corpo etc.

Por outro lado, Pierre Bourdieu recuperou o debate entre subjetivismo e objetivismo e a partir daí, ele fez uma comunicação dialética entre o ator social e a estrutura, constituindo o que ele denomina de conhecimento praxiológico (ORTIZ, 1983).

O objeto do conhecimento praxiológico de Bourdieu é o sistema de relações objetivas (construído pelo conhecimento objetivo) e relações dialéticas dessas estruturas e suas disposições estruturadas. Sendo nessas últimas instâncias que as relações objetivas se atualizam. Em modos gerais, “Bourdieu retoma a controvérsia sartriana da *Questão do método* e procura reequacionar o problema da interiorização, da exteriorização e da exteriorização da interioridade” (ORTIZ, 1983, p. 8 [grifo do original]). Bourdieu agrupou os métodos do culturalismo, estruturalismo e o marxismo “estrutural” numa única categoria epistemológica que é o objetivismo. Filosoficamente, Bourdieu aproxima-se ao Sartre que critica a visão ortodoxa do materialismo histórico, porém, ele também é o crítico do ultra-subjetivismo sartriano. Todavia, o método do interacionismo simbólico e o da etnometodologia foram tidos como métodos da epistemologia fenomenológica.

2155

Para Creswell (2007), a nova era das pesquisas das Ciências Sociais, isto é, nos finais do século XX, foi marcada pela problematização da verdade das pesquisas. Os críticos da ciência questionaram a imparcialidade dos resultados de pesquisa e a objetividade do pesquisador. Reconhecendo que o ato de pesquisar envolve vários fatores internos e externos ao pesquisador e o mesmo se aplica ao objeto, no caso das pesquisas que estudam e têm pessoas como objeto de estudo. A questão em pauta era como o pesquisador pode distanciar-se do seu resultado e produzir dados que não sejam influenciados pela sua crença, o seu ponto de vista, a sua religião, a ideologia etc.

O aprofundamento desse debate com pesquisadores sociais levou formas metodológicas específicas para as Ciências Sociais, em geral e, para a Sociologia, em particular. Em consequência disso, os procedimentos e técnicas metodológicos de abordagem qualitativa formaram-se e conquistaram mais adeptos e legitimidade até se consolidar como paradigmas epistemológicos plurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência nasceu no século XVI sob a perspectiva naturalista, porém conheceu um desenvolvimento acelerado que ao chegar o século XVIII, a perspectiva social constituiu-se, propondo outros paradigmas que se consolidaram nos séculos XIX e XX. As ciências sociais emergentes neste percurso esforçaram-se em ter os seus métodos próprios de estudo da realidade social diferentes dos métodos das ciências naturais.

O desenvolvimento da ciência contribuiu para a melhoria de condição da vida humana e a racionalização da sociedade. Contudo, o mesmo progresso deste instrumento de construção do conhecimento trouxe impactos menos agradáveis sobre a sociedade e o mundo, como aponta o Norberto Elias, referindo aos arranjos bélicos de alta capacidade de destruição que a ciência ajudou a construir.

A ciência era e ainda é avaliada sob princípios da quantificação e universalização das leis gerais explicativas das regularidades e irregularidades dos fenômenos e falibilidade. Todavia, a qualificação foi reivindicada pelos cientistas sociais nas pesquisas relacionadas aos seres humanos e seus comportamentos, isto é, nas pesquisas sociais. Em função dessa reivindicação, as ciências sociais alcançaram o pluralismo epistemológico e paradigmática que buscam corresponder à característica plural da sociedade – objeto dessas ciências. Nessa reivindicação também, a técnica e estratégias metodológicas qualitativas conquistaram o consenso dos cientistas sociais nas suas pesquisas. Assim, a quantificação, qualificação, verificabilidade, falibilidade e universalidade compõem o exercício científico.

De acordo com a especificidade dos objetos e das áreas, os métodos são empregados pelos pesquisadores de modo a atingir a sistematicidade e o conhecimento do fenômeno estudado ou a estudar.

REFERÊNCIAS

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: editora Vozes, 1999.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- ELIAS, Norberto. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- GIDDENS, Anthony. Cap. 1: **Elementos da teoria da estruturação**. In: GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. - 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.
- LÉVY-STRAUSS, C. **Aula inaugural**. In: Alba Zaluar (org). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, p. 221-244.
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Cap. I): **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: DESLANDES, Sueli Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. (Org.) Sueli Ferreira Deslandes; Otavio Cruz Neto; Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P. 9-29.
- OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de; VALENÇA, Kleber Firpo Prado. **A importância da metodologia científica para o ensino e aprendizagem no ensino superior. XII Congresso Nacional Sobre a Educação, 2015**.
- ORTIZ, Renato. **A Procura por uma Sociologia da Prática**. In: BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências**. Coimbra, 1985.
- SEVERINO, António Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. - 23. Ed. rev. E atual. - São Paulo: Cortez, 2007. Cap. III (Teoria e prática científica).
- SILVA, Marcos Antônio da. **A técnica da observação nas ciências humanas. Educativa, Goiânia**, v. 16, n. 2, p. 413-423, jul./dez. 2013.
- TEIXEIRA, Anísio. **O espírito científico e o mundo atual. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.23, n.58, 1958. p.3-25.